

O CAPITAL DE MARX NO INTERIOR DA LONGA TRADIÇÃO DIALÉTICA

Fernando Frota Dillenburg
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo: O presente artigo procura estabelecer uma relação entre *O Capital*, de Marx, os *Diálogos*, de Platão, e a obra de Lênin, tendo como fio condutor o método dialético aplicado pelos três autores. A semelhança encontrada é no movimento de ascensos e descensos (no plural) realizado por aqueles que já percorreram o caminho até a essência da realidade e precisam retornar (descer) aos seus antigos colegas para contribuir com o ascenso destes.

Palavras-Chave: Marx. Platão. Lênin. Dialética.

Abstract: This article seeks to make a connection among *The Capital*, by Marx, *Dialogues*, by Plato, and Lenin's work by means of the dialectic method applied by these three authors. The similarity we have found among them refers to the movement of ascents and descents made by those who have already gathered way towards the gist of reality and need to return (descend) to their former partners in order to contribute with the ascent of them.

Keywords: Marx. Plato. Lenin. Dialectics.

Pretende-se analisar neste texto alguns pontos de contato entre duas obras fundamentais na tradição dialética, *O Capital* de Marx e os *Diálogos* de Platão, além de sua relação com a obra de Lênin.

Partiremos de uma significativa afirmação de Marx feita no final do capítulo IV do Livro I, na qual ele diz que a fisionomia dos personagens do drama se transforma. Atrás do capitalista sorridente vai o trabalhador, contrariado por perceber que está levando sua pele ao curtume (MARX, 1983, I, 145). O próprio autor está afirmando que sua obra é um drama ao qual estão submetidos todos os personagens, especialmente aqueles que são obrigados a vender a sua força de trabalho no mercado por não ter outra mercadoria a vender.

Se levarmos a sério as palavras do autor, teremos de investigar como os personagens se manifestam no decorrer da obra e, sobretudo, como eles se transformam. Trata-se de voltar os olhos não apenas aos personagens considerados isoladamente, mas para o seu movimento. Como o próprio Marx indica, é necessário considerar os personagens em sua transformação interna, pois, como afirma um resenhista russo com quem Marx concorda: no método dialético, “o mais importante é a lei de sua modificação,

de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra” (MARX, 1983, I, 19).

Nesse sentido, cabe refletir quais seriam os personagens em cada momento da exposição e como eles se transformam. Com esse olhar instigado pelo final do capítulo IV, e é importante ressaltar que não se trata de um olhar externo e arbitrário, pois segue a indicação clara e precisa do próprio autor, é impossível não passar despercebida uma expressão extremamente significativa do capítulo I: “duas mercadorias diferentes, A e B, em nosso exemplo linho e casaco, representam aqui, evidentemente, dois papéis distintos (...) A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo.” (MARX, 1983, I, 54). Considerando este trecho, pode-se perguntar quem seriam os personagens do capítulo I. Por surpreendente que possa parecer, os personagens no capítulo I são as mercadorias, que passam a ser, como afirma Marx, cidadãos desse mundo, como é o caso do linho quando assume a função de equivalente geral: “por meio de sua forma valor, o linho se encontra, portanto, agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo.” (MARX, 1983, I, 64). Em seguida Marx ironiza: “se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso interesse ao homem (...) Nós nos relacionamos umas com as outras somente como valores de troca” (MARX, 1983, I, 64).

Marx indica desse modo que a sociedade capitalista, responsável por ter generalizado a produção de mercadorias, fez com que elas se tornassem sujeitos que parecem se relacionar independentemente de nós, seus produtores, possuindo, por isso, o poder de enfeitiçar-nos, ao tornar a nossa sobrevivência totalmente dependente delas mesmas (MARX, 1983, I, 71).

O desafio é, então, o de superar a conduta individualista, a conduta “meramente atomística dos homens” (MARX, 1983, I, 85), provocada pelas relações mercantis. Se no capítulo I encontramos o fetichismo absoluto provocado pelas mercadorias, o capítulo II dá início ao processo de superação deste feitiço, ao aparecerem os produtores das mercadorias. É preciso, diz Marx, “voltar a vista para os produtores das mercadorias (...) pois elas não podem ir sozinhas ao mercado se trocar” (MARX, 1983, I, 79). No entanto, os produtores, apesar de já aparecerem neste segundo capítulo, são expostos aqui ainda de maneira extremamente abstrata. Cada um vai voluntariamente ao mercado, num “ato de vontade comum a ambos” (MARX, 1983, I, 79). Ainda não aparece aqui qualquer antagonismo entre os produtores de mercadorias.

No capítulo III o fetichismo permanece. A relação entre as mercadorias e estas com o dinheiro continuam aparecendo como relações sociais: “a mercadoria ama o dinheiro” (MARX, 1983, I, 96), mas o dinheiro não a ama na mesma medida, pois, ironiza Marx, citando Shakespeare: “o curso do verdadeiro amor nunca é suave” (MARX, 1983, I, 96). Com o capítulo III encerra-se a Seção I, na qual os homens aparecem ilusoriamente como iguais proprietários de suas mercadorias e de seu dinheiro.

No capítulo IV, único capítulo de toda a obra que foi elevado ao *status* de seção (BENOIT, 1999), a Seção II, fica claro que a Seção I correspondia à instância da circulação de mercadorias, uma esfera ilusória da qual o economista vulgar “extrai suas concepções” (MARX, 1983, I, 145). Nesse momento da exposição, Marx convida o leitor a abandonar essa esfera aparente para ingressar na esfera da produção, uma esfera oculta onde reina o despotismo do capital, ao contrário das aparentes liberdade e igualdade existentes na circulação. Mais adiante, Marx reafirma a ilusão da liberdade e da igualdade próprias dessa esfera, que são possíveis apenas nos períodos nos quais os trabalhadores estão submetidos à ditadura em seus locais de trabalho.

Pode-se estabelecer como regra geral: quanto menos intervém a autoridade na divisão do trabalho no interior da sociedade, tanto mais se desenvolve a divisão do trabalho dentro da oficina e tanto mais ela se subordina à autoridade de um indivíduo. Consequentemente, a autoridade na oficina e a autoridade na sociedade estão, com referência à divisão do trabalho, em razão inversa uma da outra. (MARX, 1983, I, 280).

A liberdade na instância da circulação é um dos polos da contradição entre as duas instâncias. No interior da produção o que reina é a ditadura, a “autoridade de um indivíduo”, seja a do capitalista, seja a do chefe, que possuem o poder de demitir os trabalhadores sem qualquer justificativa, podendo desse modo leva-los à ruína pessoal. Nos momentos em que os trabalhadores conquistam maior liberdade na instância da produção, diminuindo “a autoridade do indivíduo” nos locais de trabalho, é necessário, para garantir a continuidade do sistema capitalista, diminuir ou eliminar a liberdade na instância da circulação, implementando a ditadura na sociedade. A liberdade e a igualdade que se manifestam na chamada sociedade civil são, portanto, puramente ilusórias.

Para superar as ilusões próprias da esfera da circulação é necessário realizar a passagem ou a transição para a esfera da produção. Surge nesse momento a seguinte dúvida: qual é o significado de Marx convidar o leitor a entrar para a instância da

produção se ele escreveu *O Capital* para a classe operária, que já se encontra lá dentro?¹ A solução dessa questão é exposta alguns capítulos adiante, no capítulo VIII, quando, pela primeira vez em *O Capital* os trabalhadores levantam a sua voz (MARX, 1983, I, 189). É importante observar que quem levanta a voz não é o trabalhador individual, mas um organismo da classe operária, um comitê de greve.

Como se vê, após ingressar na instância da produção inicia-se em *O Capital* um processo organizativo impulsionado por uma greve. No capítulo VIII fica claro que o convite feito por Marx no final do capítulo IV ao leitor operário não poderia ser um mero chamado a entrar para a instância da produção, uma vez que ele já se encontrava lá dentro, mas uma indicação da necessidade dos operários se organizarem *no interior* da instância da produção. Por meio da luta contra a ânsia do capitalista em prolongar a jornada de trabalho, o trabalhador se organiza e “sai do processo de trabalho diferente do que nele entrou” (MARX, 1983, I, 237). No capítulo IV o trabalhador entrou tímido (MARX, 1983, I, 145). Agora, no capítulo VIII, por meio do comitê de greve, ele já está fazendo ironia com o capitalista, dizendo a este que apesar de seu cheiro de santo ele não o engana, pois o capitalista não passa de um representante do capital, “algo em cujo peito não bate nenhum coração” (MARX, 1983, I, 190). Superando a timidez individual inicial, o trabalhador se transforma numa força organizada, que usa da ironia contra o seu opressor. Essa transformação da consciência do trabalhador é resultado do processo de luta e de organização contra o capitalista no interior da produção. Ao entrar na instância da produção como um indivíduo é evidente que o operário não enfrentaria o capitalista, pois caso o fizesse seria demitido imediatamente. Ele permanece, por isso, momentaneamente tímido. Depois de organizado em comitês de greve, depois que o trabalhador individual se elevou a membro de um trabalhador coletivo, depois que construiu uma espécie de proteção coletiva, criando dificuldades para o capitalista ou o chefe o identificarem individualmente, o trabalhador, agora como trabalhador coletivo, pôde tornar-se irônico.

O personagem, que no capítulo I era o indivíduo isolado totalmente enfeitiçado pelas mercadorias, restringindo a sua vida a correr atrás das mercadorias e do dinheiro para conseguir sobreviver, no capítulo II já se reconhecia enquanto produtor de mercadorias, mas ainda iludido com a suposta igualdade e liberdade próprias da instância da circulação, chegou ao capítulo IV se reconhecendo enquanto operário individual em

¹ O público alvo d’*O Capital* fica explícito no Posfácio da Segunda Edição, quando Marx afirma que “a compreensão que *O Capital* rapidamente encontrou em amplos círculos da classe operária alemã é a melhor recompensa e meu trabalho.” (MARX, 1983, I, p. 15).

antagonismo com o capitalista, e agora, no capítulo VIII, este personagem se transformou a tal ponto que tornou-se irônico contra o seu algoz. Ao reconhecer-se a si próprio na relação antagônica com seu adversário de classe, o trabalhador individual passa a se reconhecer como membro de uma classe, juntamente com seus colegas de trabalho. Não são mais as mercadorias que se reconhecem entre si, como exposto no capítulo I, quando o corpo da mercadoria B servia de espelho do valor da mercadoria A (MARX, 1983, I, 57). Aqui no capítulo VIII são os trabalhadores que estabelecem essa relação de espelhamento, de reconhecimento mútuo. No capítulo I Marx já havia dado indicações que estas transformações nos personagens ocorreriam no decorrer do Livro I, ao afirmar: “em geral, essas determinações reflexivas são muito peculiares. Esse homem, por exemplo, é rei apenas porque outros homens comportam-se como súditos frente a ele. Eles pensam, ao contrário, que são súditos porque ele é rei” (MARX, 1983, I, 60). Fazendo uma analogia com a nossa sociedade atual, poderia ser dito que esse homem só é capitalista porque os trabalhadores se comportam frente a ele enquanto assalariados, embora pensem que eles são assalariados porque ele é capitalista.

Se, por um lado, através desse processo organizativo o trabalhador individual ganhou coragem para enfrentar o capitalista, por outro, esse mesmo processo o fez submeter a sua liberdade individual à decisão do comitê ao qual participa, comitê que lhe garante, em contrapartida, amparo e segurança.

Este papel subordinado do indivíduo, que neste momento d’*O Capital* é expresso como a subordinação do trabalhador individual ao comitê de greve, não é novo na tradição dialética. Nos *Diálogos* de Platão essa limitação objetiva do indivíduo já era observada. Em *A República*, o diálogo inicia com os interlocutores descrevendo o que seria um indivíduo justo. Não tarda para Sócrates propor que se supere a investigação sobre o indivíduo e se passe a investigar o que seria a justiça na cidade, isto é, a justiça social. Sócrates indica, assim, a falta de consistência do indivíduo na história da cidade (BENOIT, S/D). No entanto, o próprio Sócrates nunca conseguiu superar a ação individual e construir uma ação coletiva, pública. Essa dificuldade de Sócrates não poderia ser interpretada como uma indicação de Platão, o autor dos *Diálogos*, sobre a dificuldade de construir uma ação coletiva? Quando Platão, no diálogo *Leis*, cria um personagem anônimo chamado velho ateniense, personagem que faz um elogio às festas dionisíacas, considerando-as como atividades educativas em praça pública na qual as pessoas comuns ingressam nos coros que vão construindo as cenas dramáticas mediante a direção de pessoas mais experientes e com maior autoridade (BENOIT, S/D), não estaria

o autor dos *Diálogos*, desse modo, indicando que a transformação da cidade se daria por meio de um sujeito coletivo organizado e nunca através da mera soma de ações individuais? Nesse mesmo sentido, quando, no diálogo *Sofista*, o estrangeiro de Eleia afirma que enquanto o sofista realiza suas atividades com indivíduos particulares, o verdadeiro filósofo as realiza publicamente (BENOIT, S/D), não estaria Platão fazendo uma crítica aos limites do próprio Sócrates e, ao criticar o seu mestre, indicando a necessidade de organizar uma ação coletiva?

Esta superação de Sócrates em seus diálogos particulares pela ação coletiva dos coros em praça pública nas festas dionisiacas não poderia ser comparada à superação do trabalhador individual do capítulo IV pelo trabalhador coletivo do capítulo VIII do Livro I d' *O Capital*? Não seria esse mesmo caminho traçado por Marx desde o trabalhador que ingressa no local de trabalho, ainda como um indivíduo, até a constituição dos comitês de greve? Apesar de ter superado o caráter abstrato do produtor individual do capítulo II que se via como igual a todos os outros produtores, o operário individual isolado do capítulo IV não seria ainda um intermediário, próprio de um momento ainda abstrato e indeterminado da luta de classes, momento no qual a classe operária ainda não se organizou enquanto tal? Assim como o trabalhador individual do capítulo IV do Livro I d' *O Capital*, Sócrates não teria cumprido igualmente um papel de intermediário nos *Diálogos*, intermediário no sentido de, por agir na condição de indivíduo diante de interlocutores também individuais, não ter sido capaz de engendrar qualquer processo organizativo mais consequente? A ação destes personagens, o tímido trabalhador que entra isolado na fábrica e Sócrates que procura retirar a verdade dos indivíduos não teria limites extremamente estreitos? Basta ler o diálogo *Mênon*, quando Sócrates, de maneira surpreendente, mediante duvidosa mística, contribuiu por meio de perguntas para que o escravo de Mênon, totalmente analfabeto, deduzisse um teorema de geometria sem nunca ter estudado matemática. A insuficiência do método socrático baseado em atividades particulares, não públicas, não ficaria ainda mais clara quando Sócrates fracassa por meio da maiêutica, ao se mostrar incapaz de extrair da alma do jovem Teeteto uma formulação capaz de enfrentar o célebre Parmênides, o pai da lógica da não-contradição, chegando ao ponto do próprio Sócrates se autocondenar como um charlatão? (BENOIT, S/D).

Não estaria contida nessas cenas dramáticas uma longa perspectiva da tradição dialética na qual as atividades particulares baseadas em indivíduos não teriam maior consistência? Marx acompanha fielmente este caminho, quando, no capítulo II do Livro I d' *O Capital*, afirma que “as pessoas nada mais são do que personificações das relações

econômicas, como portadoras das quais elas se defrontam” (MARX, 1983, I, 80). Nessa mesma direção, mais adiante, no capítulo IV o capitalista é descrito como “capital personificado” (MARX, 1983, I, 129) e o trabalhador como “possuidor da força de trabalho” (MARX, 1983, I, 144). Anos antes de publicar o Livro I d’*O Capital*, nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx já havia criticado a ilusão de procurar encontrar uma natureza humana no indivíduo isolado: “A essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1989, 95). A concepção do indivíduo como um personagem subordinado à organização coletiva fica evidente em *O Capital*, assim como fica evidente também sua estreita relação com a tradição dialética fundada por Platão.

O problema então é como será possível se estabelecer no capitalismo a relação entre o trabalhador individual e o trabalhador coletivo. A questão é como o trabalhador individual poderá se reconhecer no trabalhador coletivo. Para Marx, esse reconhecimento se dá na luta de classes. Nessa luta, os trabalhadores podem se reconhecer enquanto adversários dos capitalistas e, através desse reconhecimento com o seu algoz, podem se reconhecer enquanto membros de uma mesma classe. Essa noção de reconhecimento é muito cara à tradição dialética. O comitê de greve pode ser comparado a um coro na festa dionisíaca. Ambos, a greve e o coro, são considerados na tradição dialética como atividades educativas que transformam a consciência daqueles que nela participam. A participação em ambos, tanto no comitê de greve quanto no coro, possibilita a educação dos seus membros que, ao transformar a cena dramática na praça ou na fábrica, se transformam a si próprios, aprendendo com sua própria experiência prática dirigida pelos camaradas mais experientes. Como já havia afirmado Sócrates, “educar não é introduzir ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos” (PLATÃO, 2005, 213). Segundo Sócrates, educar é desviar a vista ofuscada de alguém para um objeto que lhe é possível enxergar naquele momento, é “a maneira mais fácil e eficaz de fazer dar a volta a esse órgão (...) uma vez que ele não está na posição correta e não olha para onde deve, (trata-se de) dar-lhe meios para isso” (PLATÃO, 2005, 214), ou seja, educar é acompanhar e dirigir a experiência dos outros, criar as condições para que passem pela experiência. Nesse processo, diz Marx, o próprio educador também pode ser educado (MARX, 1989, 94), pois ele próprio passará por uma experiência que pode ter aspectos novos.

Algo significativo pode ser observado no transcurso d’*O Capital* até aqui. Dentre todos os setores da classe trabalhadora, a classe operária é o setor que ganha destaque.

No capítulo V Marx utiliza como exemplo os operários fiandeiros, que transformam algodão em fio. No capítulo VIII quem ganha a voz é um comitê de greve da construção civil. Qual é a razão disso? Qual seria, para Marx, o papel dos setores não operários? Aqueles trabalhadores que vendem a sua força de trabalho para o Estado, por exemplo, teriam algum papel na revolução, segundo Marx? Certamente teriam. É esse o sentido do elogio feito por Marx no capítulo VII a um inspetor de fábrica, o servidor público chamado Leonard Horner, que, segundo o autor, prestou serviços inestimáveis à classe operária ao denunciar em seus relatórios o não cumprimento por parte dos capitalistas da nova lei que estabelecia o limite de 10 horas à jornada diária de trabalho. Em homenagem a Horner, Marx utiliza a sua argumentação para combater a falsa tese do economista burguês Nassau Senior segundo a qual a redução de uma hora na jornada eliminaria todo o lucro líquido dos capitalistas (MARX, 1983, I, 181-182). Os funcionários públicos, como Horner, têm no interior d'*O Capital* o papel não desprezível de apoiar a classe operária, de defender os interesses daquela parcela do proletariado que produz diretamente a mais-valia apropriada pela grande indústria. Poderia se dizer que, para Marx, enquanto os servidores públicos cumprem um papel de coadjuvantes no drama da luta de classes, a classe operária é a protagonista principal. Isso fica claro quando Marx afirma no capítulo XIV que “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1983, II, 105), dando, em seguida, um exemplo preciso: “um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário” (MARX, 1983, II, 106). Ou seja, se o professor trabalhar numa instituição privada ele é produtivo, pois produz mais-valia, um valor que excede o valor de sua força de trabalho e é apropriado privadamente por uma empresa capitalista. Se esse mesmo professor trabalhar parte de sua jornada em uma instituição pública, nesse período ele será um trabalhador improdutivo, pois o valor a mais que ele produz não se transforma em mais-valia, por não ser apropriado privadamente, mas apropriado por uma instituição pública. O que determina se um trabalhador é produtivo ou não na sociedade capitalista não é o que ele faz, mas que relação social ele estabelece ao vender e pôr em atividade a sua força de trabalho.

Voltando a tratar dos comitês de greve, cabe refletir se não haveria uma relação entre a indicação de Marx em *O Capital* sobre a necessidade da classe operária se organizar no interior dos locais de trabalho, por um lado, e a referência aos comitês operários como organismos do governo operário revolucionário a ser construído ao lado

dos governos oficiais, por outro, referência feita por Marx e por Engels na célebre *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas?* (MARX & ENGELS, S/D, 88). Não estaria Marx, em *O Capital*, em sintonia com a *Mensagem*, indicando a necessidade de forjar organizações de duplo poder, um poder construído “ao lado dos governos oficiais”?

Caso admita-se que a resposta seja afirmativa, cabe perguntar se essa perspectiva teria alguma relação com a tradição dialética. Podemos encontrar uma referência a esta questão no diálogo *Leis* de Platão, quando o velho ateniense, juntamente com o espartano Megilo e o cretense Clínias, ocupados em elaborar o projeto de uma nova cidade, o primeiro propõe a criação de organismos transitórios nos quais os trabalhadores poderão eleger e julgar seus colegas de trabalho para os representarem nas instâncias superiores do novo governo: os hoplitas serão eleitos e julgados por hoplitas, os cavaleiros por cavaleiros, os marinheiros por marinheiros, os arcontes (que detêm a *arkhé* = poder) eleitos diretamente pela comunidade e julgados pelos corregedores, e os corregedores serão eleitos pela comunidade (BENOIT, S/D). Não estaria aqui uma espécie de governo dos conselhos formados inclusive por soldados armados? Quão radical é a democracia proposta pelo velho ateniense! Eleições diretas nas chamadas forças armadas!

Em íntima sintonia com esta ideia exposta no diálogo *Leis* de que não há democracia sem o controle das armas, Marx e Engels defendem na *Mensagem* que “dever-se-á armar imediatamente todo o proletariado, com fuzis, carabinas, canhões e munições” (MARX & ENGELS, S/D, 89). E advertem em seguida: “a nenhum pretexto (o proletariado) entregará as armas; toda a tentativa de desarmamento será rejeitada, caso necessário, pela força das armas” (MARX & ENGELS, S/D, 89). Pode-se perguntar se não haveria algo em comum entre a teoria proposta pelo personagem de Platão, pela *Mensagem* e pelo próprio *O Capital*, de um lado, e a experiência prática dos soviets de operários, soldados e camponeses da Rússia revolucionária, de outro.

Continuemos a analisar a sequência d’*O Capital*. Vimos que há a passagem da instância da circulação para a instância da produção realizada no capítulo IV, não por acaso, como já comentamos, o único capítulo que recebeu um *status* de Seção. A questão que se coloca agora é se isso seria suficiente para o proletariado se emancipar do capital, isto é, se para o proletariado conquistar o poder seria suficiente se organizar o interior das fábricas. Marx indica que não, ao encerrar o capítulo VIII com a seguinte afirmação irônica: “Que grande mudança!” Essa ironia no final do capítulo VIII é muito significativa. Tudo indica que Marx estaria alertando o leitor (a classe operária) que não

basta se organizar no interior dos locais de trabalho para conquistar uma lei estatal que garanta um limite máximo da jornada diária de trabalho. Marx estaria indicando à classe operária que a luta contra o prolongamento desmesurado da jornada de trabalho significa a defesa contra a superexploração, mas não é suficiente para superar a exploração capitalista. Marx estaria defendendo que a classe operária precisa continuar lutando e aprofundando a sua luta. Mas, afinal, aprofundar em que sentido?

A passagem da Seção VI para a Seção VII, última seção do Livro I, pode ajudar a esclarecer esta questão. Se da Seção III até a Seção VI a exposição permaneceu no interior da instância da produção, é na Seção VII que Marx realiza a transição da produção para a circulação, ao tratar sobre a acumulação do capital, processo que exige a venda das mercadorias produzidas a fim de realizar seu valor em dinheiro e, finalmente, transformá-lo novamente em capital, acumulando-o (MARX, 1983, II, 151). No capítulo XXI, primeiro capítulo da Seção VII, Marx mostra que somente compreendendo o processo de acumulação do capital é possível desvelar o segredo da propriedade privada capitalista. Para isso ele lança mão de um exemplo muito simples. Se um capital inicial de 1.000 se apropria anualmente de 200 de mais-valia, em 5 anos ele terá se apropriado do mesmo valor original (MARX, 1983, II, 155). Isto significa que em 5 anos o capitalista poderia comprar uma nova empresa, que não teria um minuto sequer de seu próprio trabalho. A segunda empresa teria sido originada totalmente de trabalho alheio não pago. A propriedade privada capitalista seria, assim, com o passar do tempo, resultado da acumulação de mais-valia, acumulação de trabalho excedente do trabalhador que se transformou em capital. A propriedade privada capitalista vai, desse modo, se apresentando como pura ilusão, uma mera imagem que esconde que ela provém da mais-valia capitalizada produzida pelo trabalho não pago ao trabalhador.

As organizações, quando restritas ao interior da instância da produção, são incapazes de desvelar este segredo da propriedade privada capitalista, por não terem acesso ao processo de reprodução do capital em sua totalidade, mas apenas aos dois momentos iniciais, o primeiro correspondente à compra da força de trabalho, que ocorre na instância da circulação, e o segundo momento, o processo de produção. O último momento do processo de reprodução do capital, que é a venda da mercadoria produzida, que conclui a rotação do capital e possibilita a sua acumulação, permanece inacessível aos organismos estritamente internos às fábricas. Somente a criação de organismos externos às fábricas proporciona as condições para a classe operária passar a controlar toda a produção de um setor, desde as matérias-primas e máquinas, passando pela

produção da mercadoria até a sua venda, processo indispensável para a posterior acumulação do capital.

Ao realizar a transição da instância da produção para a instância da circulação, que ocorre na passagem da Seção VI para a Seção VII do Livro I, não estaria Marx indicando a necessidade de superar o isolamento das organizações internas, os comitês de greve e comitês de fábrica, unificando-as em organismos externos às fábricas?

Se analisarmos a história da Revolução Russa é possível perceber a semelhança entre esta hipótese interpretativa d’*O Capital* e o caminho adotado pelos bolcheviques. Durante mais de uma década os operários, sobretudo aqueles dirigidos pelos bolcheviques, criaram comitês internos às fábricas que serviram, mais tarde, como base de organizações externas, os sovietes, cujo objetivo seria controlar a produção dos setores fundamentais do país, ou seja, servir de órgão máximo do nascente Estado proletário. Nesse sentido, em 25 de maio de 1917, ou seja, meses antes da conquista do poder pelo proletariado russo, Lênin defendia no *Sotsial-Demokrat*, nº 64, que “a única maneira de conjurar a catástrofe (da vida econômica na Rússia) é implantar um controle operário efetivo sobre a produção e distribuição das mercadorias” (LÊNIN, 1976, XXVI, 17-18). Para realizar isso, o líder bolchevique defendia que era necessário “que os comitês de fábrica e oficinas, os sovietes centrais e locais de deputados operários, soldados e camponeses, assim como os sindicatos, tenham direito de participar no controle, e que sejam abertos todos os livros comerciais e bancários para a inspeção” (LÊNIN, 1976, XXVI, 17-18). Dias mais tarde, em 4 de junho, Lênin reafirmava essa posição na edição nº 73 do *Pravda*. Ele dizia que era necessário “garantir que a organização (do controle e a direção), como organização ‘em escala nacional’, seja dirigida pelos sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, e não pelos capitalistas (LÊNIN, 1976, XXVI, 110).

Como se vê, o movimento de transição da instância da produção para a instância da circulação exposto na passagem da Seção VI para a VII do Livro I d’*O Capital* foi posto em prática na construção dos comitês de fábrica e dos sovietes no longo processo que durou mais de uma década para a construção das condições subjetivas da Revolução Russa. Os sovietes correspondiam a organismos externos às fábricas que unificavam todo o movimento e garantiam, assim, a unidade necessária aos inúmeros comitês internos às fábricas. A experiência da Revolução Russa ilumina e esclarece o significado da passagem da instância da produção para a instância da circulação realizada entre as seções VI e VII do Livro I d’*O Capital*. Além disso, a experiência da Revolução Russa ilumina,

reforça e sustenta a interpretação d'*O Capital* de Marx segundo a qual a ironia feita no final do capítulo VIII (Que grande mudança!) é uma forma de indicar para a classe operária que, apesar de ser um momento indispensável da construção da dualidade de poder, não basta construir comitês de greve, não basta se organizar internamente às fábricas, não basta conquistar uma lei estatal para limitar o prolongamento desmesurado da jornada de trabalho. De acordo com a teoria programática e revolucionária contida em *O Capital*, embora indispensável, essa luta interna às fábricas corresponde a um momento inicial da luta pela emancipação definitiva dos trabalhadores em relação ao jugo do capital. Esse é o sentido da ironia feita por Marx no final do capítulo VIII. É Marx exercendo o papel de dirigente revolucionário ao instigar a classe trabalhadora a continuar a luta.

Retomando a discussão feita no capítulo XXI, de que, com o passar do tempo, a propriedade privada capitalista não passa de mais-valia capitalizada, permanece a questão de como, afinal, surgiu o capital inicial de 1.000 no nosso exemplo. Este capital inicial teria se originado do trabalho do capitalista e de seus antepassados? No capítulo XXIV do Livro I Marx mostra que o capital se originou por meio de um processo histórico extremamente violento que separou os trabalhadores dos meios de produção (MARX, 1983, II, 262). A violência originária é o princípio que fundamenta não só o Livro I, mas todo o capitalismo (BENOIT, 1996). A violência, apesar de não se manifestar permanentemente, é inseparável do capitalismo desde a sua origem. Assim, a compra e venda da força de trabalho realizada no final do capítulo IV é pacífica apenas na aparência. Ela esconde o fato de que os trabalhadores assalariados somente vendem a sua força de trabalho porque seus ancestrais foram violentamente separados da propriedade dos meios de produção.

Além do mais, Marx afirma que foi a expropriação violenta dos servos medievais que possibilitou o desenvolvimento do mercado interno (MARX, 1983, II, 183) e, conseqüentemente, da mercadoria, uma vez que enquanto servos os trabalhadores não necessitavam ir ao mercado, pois produziam praticamente tudo o que necessitavam para sobreviver. Depois de expropriado da terra e dos demais meios de produção, o novo trabalhador assalariado que sucedeu o servo passou a viver uma situação contrária, não sendo mais capaz de produzir diretamente os bens necessários à sua subsistência, sendo obrigado a ir ao mercado, em primeiro lugar, para vender a única mercadoria que lhe restou, a sua força de trabalho, para depois ter condições de comprar as mercadorias indispensáveis à sua sobrevivência.

Assim, as transações mercantis expostas na Seção I do Livro I *d'O Capital*, composta pelos capítulos I a III, na qual aparecem produtores trocando suas mercadorias, apesar de parecerem o início de toda a exposição do Livro I, revelam-se, agora, como resultado da violência originária, a violência que separou os trabalhadores dos meios de produção e que desenvolveu em larga escala, em consequência dessa separação, a troca de mercadorias. É evidente que há na Seção I a descrição de um processo histórico e lógico do desenvolvimento do dinheiro, mas isso não significa que se trata ali apenas de uma situação pré-capitalista. Depois de chegar ao capítulo XXIV é possível compreender que é preciso descer novamente ao capítulo I e reencontrar a imensa maioria dos trabalhadores que estão submetidos a uma condição enfeitiçada descrita naquele capítulo.

Depois de chegar ao princípio, ao fundamento do capitalismo, após compreender a violência da luta de classes que separou e continua separando os trabalhadores dos meios de produção como sendo a categoria central d'*O Capital*, a categoria que norteia todas as outras, fica claro que não há outra maneira de superar todas as ilusões deste modo de produção a não ser através da própria luta de classes, pelo enfrentamento entre as classes, enfrentamento em torno da extensão da jornada de trabalho (capítulo VIII), da intensidade do trabalho (capítulo XII) e da magnitude do salário (capítulos XVII a XX), todos diretamente relacionados à magnitude da mais-valia, embora estes enfrentamentos representem apenas momentos da construção das condições subjetivas da revolução. Nesse movimento de autodefesa contra a ânsia do capital em extrair maior quantidade de mais-valia possível, a classe trabalhadora vai construindo as suas organizações internas e externas aos locais de trabalho como organismos duais de poder, organismos de um futuro Estado proletário e preparando, dessa maneira, as condições para a expropriação daqueles que expropriaram-na originalmente, a expropriação dos expropriadores, processo que já está em curso desde o século XIX, realizado entre os próprios capitalistas por meio das fusões e incorporações de empresas. Basta mudar a forma da expropriação, basta que a classe trabalhadora assuma o seu papel histórico e substitua aqueles capitalistas que estão expropriando os demais.

Depois de ter compreendido todo o processo, cabe agora realizar o processo que talvez seja o mais difícil: retornar aos trabalhadores enfeitiçados que encontram-se no nível da Seção I do Livro I para contribuir com o seu ascenso, por meio da luta de classes, realizando e, em certa medida, superando o descenso que fez o prisioneiro da célebre Alegoria da Caverna socrática exposta no diálogo *A República*, superando no sentido de que não seria mais realizado enquanto indivíduo, mas como dirigentes dos coros das

festas dionisiacas, aquelas elogiadas pelo velho ateniense no diálogo *Leis* como sendo a melhor forma de educação. Poderíamos comparar as festas dionisiacas às manifestações nas ruas e praças públicas, nas greves, nas ocupações etc. Depois de realizar o ascenso é preciso realizar o descenso para construir uma direção revolucionária em ato. Marx e Platão realizaram isso tanto em teoria como na prática.² O caminho de todos aqueles que buscam a dialética como método de interpretação e ação sobre a realidade não seria o de seguir os exemplos de Marx e Platão?³

² Além de escrever os *Diálogos* que contêm uma proposta de superação da sociedade escravocrata grega e construção de uma sociedade comunista na qual “todos os bens seriam comuns aos amigos”, Platão pôs em prática sua teoria ao influenciar Dion, conselheiro de Dionísio II, de Siracusa, tendo, no entanto, fracassado. Marx, por sua vez, além de escrever *O Capital* ajudou a criar e foi dirigente da Liga dos Comunistas e da Associação Internacional dos Trabalhadores.

³ Sobre as questões organizativas contidas nos Livros II e III d’*O Capital*, ver DILLENBURG, F.F. : NASCIMENTO, C.A. “Uma contribuição à leitura d’*O Capital* de Marx “, In: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Fernando%20Frota%20Dillenburg%20e%20Carlos%20Alves%209834.pdf

BIBLIOGRAFIA

BENOIT, Hector. “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O Capital*”. In: *Crítica Marxista*, nº 8, São Paulo : Xamã, junho/1999.

_____. *A odisseia dialógica de Platão*. Tese de Livre-Docência, Unicamp, S/D.

LÊNIN, *Obras completas*. Madrid: Akal, 1976.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. In: *Karl Marx e Friedrich Engels – Obras escolhidas*. São Paulo: Alga-Ômega, S/D.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2005.